

O controle do território: jornalismo, conflito e deslocados internos na Colômbia

Control of the territory: journalism, conflict and IDPs in Colombia

*El control del territorio: periodismo, conflicto y desplazados internos
en Colombia*

Angela ZAMIN
Lara NASI

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 130, diciembre 2015 - marzo 2016 (Sección Ensayo, pp. 293-309)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 15-10-2015 / Aprobado: 10-05-2016

Resumo

O conflito armado colombiano liga-se ao controle do território. A violência deste processo faz da Colômbia o país com a segunda maior população de deslocados internos do mundo (IDMC, 2015). O artigo considera um conjunto de notícias da Revista Semana e analisa que elementos do conflito são acionados ao falar dos deslocamentos. Com o aporte das noções de combates discursivos (Foucault, 2006) e de trajeto temático (Guilhaumou, 2009), identifica que as pautas, fontes e enquadramentos são externos à Colômbia, porque se originam de relatórios de organismos estrangeiros, e que o conflito armado aparece somente quando é acionado pelas fontes. Apesar de reiteradamente assumir este exterior discursivo, a revista apaga atores do conflito.

Palavras-chave: jornalismo; território; conflito; deslocados internos; Colômbia.

Abstract

Colombian armed conflict relates to the control of the territory. The violence of this process turns Colombia into the country with the second largest population of internally displaced persons (IPDs). In this essay, we consider a set of news from Colombian magazine Revista Semana and analyze which elements of the conflict are operated by Journalism when it talks about displacement. Inspired by the notions of discourse battles (Foucault, 2006) and thematic path (Guilhaumou, 2009), we identify that agendas, sources and framings are external to Colombia, because they are originated by reports from international organizations, and that the armed conflict only appears when it is triggered by the sources. Despite repeatedly assuming this discursive exterior, the magazine does not show the actors of the conflict.

Keywords: journalism; territory; conflict; IPDS; Colombia.

Resumen

El control del territorio es uno de los factores del conflicto interno colombiano. La violencia de este proceso hace de Colombia el país con la segunda mayor población de desplazados internos del mundo (IDMC, 2015). El artículo considera una serie de noticias de la Revista Semana y analiza qué elementos del conflicto muestra el periodismo cuando habla del desplazamiento. Por medio del aporte de los conceptos de combates discursivos (Foucault, 2006) y trayecto temático (Guilhaumou, 2009), se identifica que las pautas, fuentes y encuadres son exteriores a Colombia, porque se originan en informes de agencias extranjeras y que el conflicto armado aparece sólo cuando las fuentes lo traen. Aunque asume este exterior discursivo, la revista suprime actores del conflicto.

Palabras clave: periodismo; territorio; conflicto; desplazados internos; Colombia.

1. Introdução

*Encheram a terra de fronteiras, carregaram o céu de bandeiras, mas só há duas nações
-a dos vivos e dos mortos. (Mia Couto)*

O conflito armado colombiano liga-se ao controle do território. Sua apropriação permite falar de um processo que vai da territorialidade à desterritorialização, em função dos afetados. A territorialidade se associa à apropriação, de direito, de fato ou afetiva, de dado espaço. “La desterritorialización se refiere a procesos de pérdida del territorio derivados de la dinámica territorial y de los conflictos de poder entre los distintos agentes territoriales” (Montañez Gómez & Delgado Mahecha, 1998, p. 124). A violência deste processo faz da Colômbia, segundo o *Informe Global 2015* do Observatório de Deslocamento Interno (IDMC), do Conselho Norueguês para Refugiados, o país com a segunda maior população de deslocados internos do mundo, o primeiro na América Latina. Neste continente, “los desalojos forzosos fueron más comunes en Colombia, México y Guatemala. Estos desalojos se debieron a la extracción lícita e ilícita de recursos” (IDMC, 2015).

Para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), os deslocados internos, IPDs em seu acrônimo inglês, são aquelas pessoas que:

[...] não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança, mas permaneceram em seu país natal. Mesmo se fugiram por razões semelhantes às dos refugiados (conflito armado, violência generalizada, violações de direitos humanos), legalmente os deslocados internos permanecem sob a proteção de seu próprio governo, ainda que este governo possa ser a causa da fuga¹.

No final de 2013, 51,2 milhões de pessoas, sendo 50% delas crianças, se encontravam na condição de deslocados internos ou refugiados. Destes, 33,3 milhões estavam internamente deslocados, e aproximadamente 63% do total eram provenientes de apenas cinco países afetados por conflitos: Síria, Colômbia, Nigéria, República Democrática do Congo e Sudão. Na primeira metade de 2014, 5,5 milhões de pessoas foram deslocadas por guerras. Atualmente, o número aproxima-se de 60 milhões, sendo 38,2 milhões de deslocados internos, 19,5 milhões de refugiados e 1,8 milhões de solicitantes de asilo. Na Colômbia são atualmente cerca de 6 milhões de deslocados internos. “Entre 1985 y 2008, la violencia obligó a más de cuatro millones de personas a dejar sus hogares por intimidación o violencia directa” (Mendoza Piñeros, 2012, p. 169).

1 Recuperado de <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>>.

Em meio ao cenário de violência na Colômbia, as agendas informativas, as notícias e os próprios jornalistas são parte de uma disputa mais complexa. Interessa-nos identificar e analisar que elementos do conflito armado o jornalismo aciona ao falar dos deslocamentos internos. Isso porque cabe ao jornalismo eleger marcos de significação para a inscrição de acontecimentos. Para além de um quadro geral de análise, em que se observa quando e como o discurso sobre o conflito é acionado, interessa-nos refletir sobre a agenda temática que os meios constroem². Detemo-nos a analisar notícias da *Revista Semana*, colombiana, publicadas entre 2010 e 2015, que tratam dos deslocamentos internos.

Importante considerar que diante do conflito interno colombiano “el periodismo sufre la opresión que él mismo favorece en la medida de su incapacidad para detectar, resistir y subvertir los mecanismos ocultos de esa opresión” (Arias Marin, 2002, p. 90). Ainda, pela longa relação entre jornalismo e conflito na Colômbia (Bonilla Vélez, 2002).

2. Os deslocados internos

Tão intrínsecas à humanidade, enquanto mobilidade, as migrações desafiam as normas e questões legais quando envolvem diferentes países, ao mesmo tempo em que, quando acontecem dentro dos territórios nacionais, costumam a ser notadas como questão social, por escaparem ao sentido clássico das “migrações”, que envolvem diferentes países como pontos de partida e de chegada. Contudo, como apontam Cogo e Brignol (2011, p. 192), desde a última década do século 21, há uma reconfiguração dos fluxos migratórios, com um aumento nas migrações e no número de países envolvidos, bem como “pela diversificação dos tipos de migrações ou dos motivos de deslocamentos, assim como pela ampliação das consequências sociais, econômicas e culturais dos fenômenos migratórios”.

Pesquisadores desta área apontam para os novos contornos das migrações na contemporaneidade. Com base neles, optamos por falar em migrações e não imigrações e emigrações. Denis Müller (1993) chama a atenção para a observância das terminologias, e propõe que se use o termo migrações e migrante para neutralizar a carga afetiva e ideológica dos demais vocabulários, já que os movimentos são tão dinâmicos que é difícil definir o ponto originário.

Em junho de 2015, o relatório *Tendencias Globales* (Acnur), destacava o crescimento acelerado do deslocamento forçado, alcançando níveis sem precedentes, 59,5 milhões de pessoas. Os dados do relatório apontam que 13,9 milhões de

2 Em investigações sobre meios de comunicação, opinião pública e conflitos armados, o pesquisador colombiano Bonilla Vélez (2002, 2004) emprega as terminologias agenda informática, *periodística*, de *opinión* e pública, remetendo para o clássico estudo *¿Qué agenda cumple la prensa?*, de McCombs e Shaw (1972 e 1984). Para McCombs “tanto a seleção dos objetos para conquistar a atenção como a seleção dos atributos para descrever aqueles objetos são papéis poderosos do agendamento” (2009, pp. 113).

pessoas se converteram em novos “desplazados” por conflitos em 2014. Desses, a maior parte, 11 milhões são deslocados internos, dentro das fronteiras de seu próprio país.

Integrando a agenda internacional desde a década de 1990, os deslocados internos são protegidos pelo documento *Princípios Orientadores dos Deslocados Internos*, que, como indicam Jubilut e Madureira (2014), é uma norma *soft law*, com pouca força jurídica. No Direito Internacional dos Refugiados, há poucas normas e a principal delas é a *Convenção Relativa ao Status de Refugiado*, com limitações, como por exemplo, a falta de definição para “perseguição”, a ausência de menção a “direitos econômicos, sociais e culturais, para efeitos de determinação da condição de refugiado [...], as questões de gênero – tanto de violência de gênero quanto de identidade de gênero – como motivos de perseguição e que limita a proteção de mulheres e homossexuais” (2014, p. 15).

Arjun Appadurai explica a dinâmica das migrações a partir da perspectiva dos Estados-nação, assumindo a prerrogativa de Benedict Anderson, de que a ideia de nação (e comunidade) é imaginada. Assim, Appadurai elabora a crítica recíproca dessa ideia: “é a imaginação que terá que nos levar para além da nação” (1997, p. 33). Os movimentos humanos seriam uma ameaça ao Estado-nação e à conexão dos sujeitos à vida local.

As políticas dos Estados-nações em particular com relação à população considerada potencialmente subversiva criam uma máquina em motor contínuo, em que os refugiados de uma nação mudam-se para outra criando ali novas instabilidades, que causam mais agitação social e, portanto maior êxodo [...]. Consequentemente, a necessidade de um Estado-nação de produzir “pessoas” [...] pode significar para seus vizinhos agitação social e étnica, provocando ciclos infundáveis de limpeza étnica, migração forçada, xenofobia, paranoia estatal e, portanto ainda mais limpeza étnica. (Appadurai, 1997, p. 35)

Embora Appadurai se detenha às migrações transnacionais, também nos leva a refletir sobre os deslocamentos internos, quando parte da premissa de que o movimento humano não é excepcional, mas decisivo na vida social. Na Colômbia, nos confrontamos com as duas perspectivas: migrantes internacionais, rumo ao Equador e outros países, e deslocados internos, como aqueles que são forçados a abandonar suas casas/regiões, especialmente em decorrência de conflitos violentos.

3. O conflito interno colombiano

A conflitividade pode orientar-se ou originar-se de disputas por território ou pelo uso que se faz dele. Ao tratar do espaço, Michel de Certeau (1994) sugere tomá-lo como efeito produzido por um conjunto de movimentos que aí se rea-

lizam, um lugar praticado, a exemplo do espaço humano, habitado de Milton Santos (1998). É a ação produzida sobre os espaços que acaba por orientá-lo, circunscrevê-lo ou marcá-lo. “A cadeia das operações espacializantes parece toda pontilhada de referências ao que produz (uma representação dos lugares) ou ao que implica (uma ordem local)” (De Certeau, 1994, p. 205). Assim o é com uma parcela dos acontecimentos, como os conflitos agrários ou de fronteira, as guerras e as ações terroristas; sugerem ações que podem ser deduzidas de uma “lei do lugar”.

O conflito armado colombiano não pode ser reduzido às ações das guerrilhas, como recorrentemente o jornalismo faz; o território colombiano é permeado por inúmeras questões fraturantes: grupos guerrilheiros distintos em suas origens e propósitos, como as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército da Libertação Nacional (ELN), dentre outros; grupos paramilitares, como Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), Águilas Negras, Urabeños, Rastrojos, Ejército Revolucionario Popular Anticomunista de Colombia (ERPAC) e Paisas³ disputas entre guerrilhas e paramilitares pelo controle de territórios; narcotraficantes e cartéis de tráfico de drogas; expulsão de milhares de pessoas das suas terras; uso da terra para produção e processamento de cultivos lícitos e ilícitos.

Segundo Elizabeth Kerr “los fenómenos de desplazamiento forzado deben ser vistos dentro del contexto de conflicto armado interno que se lleva a cabo en torno al control territorial, político y económico” (2010, p. 4). Ana María Ibáñez e Andrea Velásquez afirmam que “la intensificación de los conflictos civiles, durante las últimas décadas, ha derivado en un incremento sustancial del número de desplazados internos” (2008, p. 7). As vítimas migram devido a ameaças e ataques diretos. As agressões, como homicídios, torturas, sequestros e desaparecimentos, e as ameaças e ordens de abandono são perpetrados por paramilitares, guerrilheiros, narcotraficantes, força pública e outros atores.

Os deslocamentos forçados na Colômbia se iniciaram em meados dos anos 1980, quando se acirraram os enfrentamentos entre grupos paramilitares e guerrilheiros. Na década seguinte, os deslocamentos provocados por estes grupos afetaram significativamente zonas rurais e lugares pobres.

Quienes han sufrido el desplazamiento forzado – la mayoría de los cuales son de áreas rurales – usualmente son obligados a dejar sus hogares y sus pertenencias así como las tierras que les han dado el sustento. Detrás de cada hombre, cada mujer y cada niño que ha sido forzado a dejar su hogar hay una historia de pérdida relacionada con el actual conflicto colombiano. Estas historias cuentan cómo han sido

3 Visando o combate das guerrilhas, em 1968 foi autorizada a criação de grupos paramilitares. Em 1997, vários destes grupos deram origem às Autodefesas Unidas da Colômbia, desmobilizadas em meados dos anos 2000. A este agrupamento de paramilitares se seguiram outros. Os grupos paramilitares disputam territórios estratégicos, os corredores que levam ao exterior, almejando a expansão econômica otimizada pela produção e distribuição de bens lícitos e ilícitos.

violados los derechos humanos de la población civil a manos de los actores armados legales e ilegales que han perpetrado el desplazamiento. El desplazamiento interno en Colombia corresponde al conflicto interno y a los abusos de los derechos humanos que van de la mano con él. [...] los enfrentamientos entre actores armados [...] también conllevan al desplazamiento. (Kerr, 2010, p. 3)

Em meio às negociações de paz do governo de Andrés Pastrana –empreendidas entre 1999 e 2002– houve uma expansão dos grupos paramilitares e, conseqüentemente dos deslocados internos. Segundo dados do IDMC de 2008, no ano anterior houve novo crescimento significativo de deslocados. Nesta fase, os deslocamentos forçados se deram em áreas com recursos naturais lícitos e ilícitos, como as plantações de palma africana e de coca e a criação de gado. Diante de tal contexto, Kerr (2010) fala em uma “contra reforma agrária”, uma vez que proprietários de terras ligados aos paramilitares se apossaram das terras de camponeses forçados a migrar, controlando mais de 60% das áreas cultiváveis do país, por uma parte; e os deslocados internos passaram a engrossar os cinturões de pobreza nos centros urbanos, por outra.

O governo colombiano começou a registrar os deslocamentos forçados somente no ano de 1997. Ibáñez e Velásquez (2008) afirmam que, por suas características, existem grupos em situação de maior vulnerabilidade, como minorias étnicas, mulheres e crianças⁴. Segundo Kerr (2010), entre os deslocados, as mulheres correspondem a 48%, os afrodescendentes a 16% e os indígenas a 6%. A Acnur garante que o número é maior em razão dos não registrados, especialmente indígenas.

Enquanto a Colômbia possui o maior número de deslocados internos da América Latina, o Equador abriga a maior população de refugiados. Investigação conjunta das universidades *Nacional*, da Colômbia, e *Andina Simon Bolívar*, do Equador, visou debater o conflito interno colombiano e a política equatoriana sob a perspectiva da imprensa. Do Equador a afirmação “nosotros no tenemos problema de límite con Colombia. El problema es que la vecindad con Colombia produce un conjunto de secuelas que están deteriorando la relación” (Negrete, 2007, p. 312). Da Colômbia a preocupação com “las tensiones que se pueden derivar de las turbulencias políticas del vecino sobre la realidad interna colombiana” (Rey Beltrán, 2007, p. 314).

Quanto aos “desplazados” colombianos, segundo Buitrón (2008), em muitos momentos a imprensa equatoriana ocupou-se em registrar o deslocamento de milhares de pessoas que cruzaram a fronteira para viver no Equador, porém não analisou o contexto no qual o fenômeno se produziu –“Hasta Carchi llegan más desplazados”⁵; “Países en desarrollo, principal destino de los refugiados;

4 Sisma Mujer (2007) têm identificado e denunciado a violência sexual no âmbito do conflito.

5 Hasta Carchi llegan más desplazados. *El Comercio*, Quito, 28 out. 2009. Recuperado de <<http://www.elcomercio.com/actualidad/hasta-carchi-llegan-mas-desplazados.html>>.

Ecuador, con la mayor cantidad en Latinoamérica⁶; “Ecuador alberga a 56.398 refugiados, 98% de ellos colombianos⁷”. Segundo o relatório *Perfil Migratorio de Colombia 2012*, desde os anos 1960 o número de colombianos é o mais expressivo entre a população migrante no Equador. Crecimento significativo foi registrado a partir de 2001, “a partir del cual se genera la llegada masiva a Ecuador de connacionales en búsqueda de protección internacional, quienes se suman a la población de que ya se encontraba en el vecino país” (Ramírez & Mendoza, 2013, p. 55).

Tabela 1: Colombianos residentes no Equador por ano de chegada (Ano 2010)

Ano de chegada	Antes 1960	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2005	2006-2008	2009-2010	NS	Total
	2.006	2.412	5.477	5.502	8.080	20.540	14.027	18.285	13.602	89.931

Fonte: Perfil Migratório do Equador 2011 (Ramírez & Mendoza, 2013).

Segundo o Perfil Migratorio de Ecuador 2011,

Los ciudadanos colombianos representan el 49% de toda la población extranjera presente en el país y el 98% de los refugiados reconocidos por el Estado ecuatoriano. Los procesos de llegada, inserción económica e integración social de esta población no pueden ser tratados sin tomar en cuenta las especificidades de su condición de migrantes forzados. (Herrera; Moncayo & Escobar, 2012, p. 73)

Em contraposição, o Brasil, com 47% da extensão territorial da América do Sul, ao final de 2014, tinha 7,6 mil refugiados de 81 nacionalidades⁸. Destes, colombianos e angolanos correspondiam a quase metade.

4. Os deslocados internos na agenda informativa

A imprensa, de um modo geral, precisa posicionar-se diante da bipolaridade consenso-conflito sobre a qual se assenta a vida social. Ao jornalismo cabe identificar, narrar e socializar os conflitos, fazendo-os ocupar espaços discursivos e definindo-os simbolicamente por meio de práticas que encerram os acontecimentos ao dotá-los de sentido. As agendas informativas propostas pelo jorna-

6 Países en desarrollo, principal destino de los refugiados; Ecuador, con la mayor cantidad en Latinoamérica, *El Comercio*, Quito, 20 jun. 2011. Recuperado de <<http://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/paises-desarrollo-principal-destino-de.html>>

7 Ecuador alberga a 56 398 refugiados, 98% de ellos colombianos, *El Comercio*, Quito, 19 jun. 2012. Recuperado de <<http://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/ecuador-alberga-a-56-398.html>>.

8 No Brasil, as solicitações de refúgio são analisadas e decididas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão interministerial. Acordo firmado entre os países do Mercosul possibilita que argentinos, chilenos, colombianos, paraguaios, peruanos e uruguaios solicitem residência permanente no Brasil, que independe da solicitação de refúgio.

lismo são afetadas tanto por suas lógicas como pelos atores que se ocupam dos conflitos, quer na sua promoção ou solução.

Carvalho considera “que a configuração do discurso informativo traz subjacente o agendamento, cujo percurso abarca as complexas negociações entre a agenda da mídia e as distintas agendas sociais” (2016, p. 1). Neste *enjeu* reside o aspecto negocial (Fausto Neto & Santos, 2013) do processo de produção jornalística. O deslocamento da indagação “Quem determina a agenda pública e em que condições”, para “Quem determina a agenda dos media” (McCombs & Shaw, 2000, p. 128) contém este aspecto.

O jornalismo encerra em si o conflito do *dizer*; detém o poder de dizer a situação: “Não se trata de um poder político do Jornalismo, escasso diante dos sistemas político e econômico que o cercam e que lhe dão direções, mas de um poder jornalístico, o de reconhecer, selecionar, reelaborar e por em circulação certos acontecimentos e certos sentidos” (Zamin, 2012, p. 256). Gloria Rey Rodríguez corrobora este entendimento ao afirmar que o conflito “amenaza la independencia informativa en Colombia. El número de intimidaciones, amenazas y ataques contra los periodistas colombianos son propiciados, de forma creciente, por alguno de los actores del conflicto armado” (2001, p. 75).

Bonilla Vélez (2002, 2004) identifica na Colômbia uma agenda informativa assentada na paz e na guerra, em que quatro abordagens temáticas acabaram por conformar a agenda sobre o conflito armado: 1) “¿Sabe usted de qué lado está?”, orientada pelo Plano Colômbia, parceria bilateral com os EUA, em 2000, pelo Estatuto Antiterrorista, pós 11-S, pelo rompimento das negociações de paz nos governos de Andrés Pastrana (1998-2002) e de Álvaro Uribe (2001-2010), e pela retomada das negociações em 2012 no governo de Juan Manuel Santos⁹; 2) “¡No más pantalla a los violentos!”, aclamação de setores conservadores voltada à dissolução do protagonismo midiático dos grupos armados ilegais, sobretudo os guerrilheiros; 3) “noticias positivas del país”, para contrastar com o conflito e as notícias que dele se originam e; 4) “la violencia contra los periodistas”, que marca os perigos do exercício profissional no país¹⁰.

Ruiz Socha (2010), por sua vez, a define como de negação e de aclamação: a negação do conflito político-militar, a negação dos paramilitares, dos narcotraficantes, dos esquadrões da morte, das vítimas em série, dos “asesinatos, masacres, desapariciones y del desplazamiento de población como limpeza territorial y política” (2010, p. 15), da impunidade; e da aclamação dos combates às guerrilhas.

Com o objetivo de analisar os elementos do conflito armado colombiano acionados pelo jornalismo ao falar dos deslocamentos internos, optamos por

9 O ex-presidente Belisario Antonio Betancur (1982-1986) fez o primeiro movimento de negociação com as guerrilhas em busca do término do conflito interno colombiano.

10 “Según informes de la ‘Fundación para la Libertad de Prensa’ y del ‘Instituto de Prensa y Sociedad’, entre 1995 y 2003 fueron asesinados en el país treinta y siete periodistas por razones del oficio” (Bonilla Vélez, 2004).

observar notícias da *Revista Semana*,¹¹ colombiana, publicadas entre 2010 e 2015. *Semana* é designada como “la revista más influyente” e “de mayor credibilidad del país”.¹² No contexto colombiano, *El Tiempo* e *El Espectador* são os jornais de circulação nacional. Entre os regionais estão *El Colombiano*; *El Herald*, *El País*, *El Mundo* e *La Vanguardia Liberal*. Além da *Revista Semana*, destaca-se a *Cambio*, pertencente à *Casa Editorial El Tiempo*.

As matérias jornalísticas da *Revista Semana* foram trabalhadas com o aporte teórico-metodológico das noções de combates discursivos (Foucault, 2006) e de trajeto temático (Guilhaumou, 2009). No interior de um trajeto temático, a materialidade dos textos impõe um trajeto de leitura não pela mera progressão temática, mas como forma de acessar os movimentos discursivos, produtores de julgamentos e argumentos. Os combates discursivos estabelecem-se em meio à ambiência do que dizer e como dizer e formam a complexa grade de dizeres possíveis, que não cessa de se atualizar. É uma das formas de disputa por poder do jornalismo, internamente, e dos campos e atores sociais que querem participar, por seus sentidos, da construção do discurso jornalístico.

Contribuíram para a análise a identificação das fontes e do enquadramento nas notícias em questão. Consideramos fontes a partir da perspectiva de Rogério Santos (1997), que as define como atores que jornalistas observam e entrevistam, em busca de informação e sugestão noticiosa, “enquanto membros e representantes de grupos de interesses organizados ou não, bem como de setores mais vastos da sociedade e do país” (p. 76). A própria natureza de fonte, assinala Santos, é ambígua, já que pode ser uma pessoa, lugar, documento, meio de comunicação ou instituição. Em estudo sobre a negociação entre jornalistas e fontes, o autor leva em consideração as estratégias das organizações para obter visibilidade. Jandira Gonçalves (2014), sobre o tema, explica que a maioria das matérias não é resultado de pauta sugerida pelos jornalistas, mas composta por informações fornecidas por pessoas, instituições e documentos. “Dessa forma, é tarefa dos jornalistas selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos e situá-los em um contexto e adequar tais informações segundo técnicas jornalísticas” (2014, p. 92). Para recontextualizar o acontecimento, é preciso levar em consideração, como pontua Santos (1997), que o jornalista adequa a informação aos objetivos da organização para a qual trabalha. “Os formatos, a agenda e a especialização temática representam uma luta permanente entre os objetivos individuais do jornalista e os interesses sociais e econômicos da organização a que pertence” (1997, p. 193).

Importante acionarmos aqui o conceito de enquadramento, a partir de sua apropriação jornalística. “Narrar um acontecimento transformado em notícia,

11 A revista foi fundada pelo ex-presidente Alberto Lleras Camargo, do Partido Liberal, ao término do governo, em 1946 e circulou até 1961. A publicação foi refundada 21 anos mais tarde por Felipe López Caballero, jornalista, filho e neto de ex-presidentes, que conseguiu que o proprietário anterior cedesse o nome.

12 EL CEREBRO detrás de Semana, la revista más influyente del país. *El Tiempo*, 27 ago. 2012. Recuperado de <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12166212>>.

dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão”, afirma Carvalho (2009, p. 6), para concluir que

[...] no processo de construção das narrativas jornalísticas são acionados quadros de referência que não dizem apenas dos aspectos tornados salientes na direção de dar inteligibilidade ao que é noticiado, mas que estes quadros não são coincidentes para todos os atores que disputam os sentidos atribuídos a determinados acontecimentos transformados em notícia. (Carvalho, 2009, p. 13)

Na matéria intitulada “Acnur insta a América Latina a ‘ayudar a Ecuador’ con refugiados colombianos”¹³ não aparece nenhum dado que aponte à historicidade ou à responsabilidade do conflito interno colombiano; e se lhe supõe como conhecido. A menção ao conflito ocorre em dois momentos: (a) no lide, quando ao fazer referência à Acnur, é mencionado o número de colombianos que fugiram do conflito e; (b) no enquadramento proposto por uma das fontes, o Ministro da Justiça brasileiro, Luiz Paulo Barreto, ao repetir o argumento de que o Equador acolhe pessoas que fugiram do conflito. Em ambos se associa o conflito à fuga. Ao não fazer referência ao fato de que as pessoas são forçadas a se deslocar devido ao conflito, o verbo fugir acaba por atribuir, em alguma medida, a responsabilidade do conflito aos deslocados internos –“que alberga a unos 135.000 colombianos que han huido del conflicto interno en su país”; “aquellas personas que huyen de situaciones conflictivas”. Os representantes da Acnur não falam do conflito, mas dos deslocados, carentes de atenção e de solução. A matéria, pautada pela realização de seminário comemorativo ao aniversário da Acnur, assume a posição da entidade de que a América Latina precisa auxiliar o Equador, país que recebe a maioria dos colombianos.

“Los niños y el conflicto armado en Colombia”¹⁴ encontra-se alinhada às recomendações do informe da ONU sobre as crianças e o conflito, que cobra do Governo colombiano a separação dos menores dos grupos guerrilheiros, armados e forças públicas de segurança. O conflito é descrito pela oposição entre causa e consequência. No primeiro, se atribui a responsabilidade aos diferentes atores: grupos guerrilheiros, como as Farc e o ELN, grupos armados, como Rastrojos, Urabeños, Paisas e ERPAC –grupos paramilitares que não são deste modo nomeados no texto–; e forças de segurança pública. A opção por designar os paramilitares como grupos armados pode gerar leituras equivocadas por parte de quem acessa o conflito desde o exterior, uma vez que há a tendência de se objetivar guerrilheiros e paramilitares como grupos armados. Também

13 Acnur insta a América Latina a “ayudar a Ecuador” con refugiados colombianos, *Revista Semana*, 11 nov. 2010. Recuperado de <<http://goo.gl/T0mBis>>.

14 Los niños y el conflicto armado en Colombia: el retrato de la infamia, *Revista Semana*, 3 maio 2012. Recuperado de <<http://goo.gl/m5ZD3V>>.

porque o termo paramilitar traz consigo uma historicidade que os aproxima de líderes políticos e proprietários de terra.

No segundo, o conflito aparece a partir das formas como afeta as crianças: desrespeito aos direitos humanos; violações, violência e exploração sexual; recrutamento; detenção; uso para ações de inteligência e estratégia pelos diversos atores. As duas fontes da matéria, o informe da ONU e o secretário geral da Instituição, Ban Ki-moon, fazem menção à violência sexual, bem como à violência sofrida por crianças indígenas e afrocolombianas –há no país 87 etnias indígenas, três grupos de afrocolombianos, além de ciganos. A matéria detalha, ainda, quantos, quando e onde as crianças foram recrutadas pelos atores do conflito armado. E traz a expressiva cifra de que 51% dos quase 300 mil novos deslocados internos são menores de idade.

Já na matéria “Leve descenso en el número de desplazados”¹⁵ é adotada a linha do informe produzido pela ONG Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (Codhes), apresentado em uma entrevista coletiva. A matéria repercute, a partir do relatório, dados do conflito; assim, é a fonte documental que aciona o conflito. Uma vez mais as fontes são os documentos e os representantes de instituições externas à Colômbia. Não há contraste das informações por elas apresentadas. Apesar de indicar no título e no lide a queda no número de deslocados, em 2012, com relação a 2011, a notícia centra-se na dinâmica do conflito: quais regiões são afetadas e por quais atores do conflito. Estes são nomeados reiteradamente como grupos armados, no plural, sem identificação. A exceção aparece em uma fala, entre aspas, do diretor da Codhes, que os identifica como Farc, ELN, Forças Militares e “bandas criminales”. Na matéria anterior –“Los niños y el conflicto armado en Colombia”–, a designação “grupos armados” não correspondia ao conjunto, mas aos paramilitares, deste modo identificados porque nomeados um a um. Aqui, todavia, a dúvida é se *bandas criminales* equivalem aos grupos paramilitares. Novamente estes grupos não são nomeados, logo, não “aparecem” como atores do conflito armado.

Além da dinâmica do conflito no território, a matéria faz referência aos deslocamentos forçados de comunidades afrocolombianas e indígenas, que “se desplazaron internamente por motivos del conflicto”. A *Revista Semana* reproduz os termos empregados pelas instituições estrangeiras em seus relatórios: “desplazamiento forzado” como a ONG Codhes; “desplazados internos”, como a ONU; e “colombianos que han huido del conflicto”, de acordo com a Acnur.

O texto “Buenaventura: entre mutilados y desplazados”¹⁶ apresenta os dados do informe da Human Rights Watch (HRW) sobre Boaventura, porto do pacífico, “el lugar con más desplazamientos” e, também, com desmembramentos de corpos. O relatório da instituição internacional de direitos humanos é a única fonte

15 Leve descenso en el número de desplazados, *Revista Semana*, 31 mar. 2013. Recuperado de <<http://goo.gl/qvqHbf>>.

16 Buenaventura: entre mutilados y desplazados, *Revista Semana*, 20 mar. 2014. Recuperado de <<http://goo.gl/tfufaz>>.

do texto e excertos são apresentados entre aspas, indicando que quem afirma é a HRW. O informe, por sua vez, originou-se em 70 entrevistas. Nelas, são relatadas desconfianças quanto à prática de desmembramentos e ocultação de corpos e aos responsáveis, as “bandas ilegais”, herdeiras dos grupos paramilitares, associadas à policiais e à autoridades da região.

O documento do HRW apresenta o conflito como extremamente violento devido às práticas empreendidas por paramilitares, ao consentimento das autoridades, à falta de proteção da população por parte da Polícia Nacional, à impunidade e ao silêncio de vítimas e testemunhas, em razão da ação dos três primeiros. Já os deslocados são retratados como aqueles silenciados pelo conflito – “un silencio impuesto por los victimarios”.

Pelo levantamento realizado, identifica-se que entre 2014 e 2015 há um aumento expressivo no número de matérias que versam sobre os deslocamentos internos. A maioria delas origina-se em informes de instituições estrangeiras, já citadas e, algumas de comunicados de órgãos ligados à administração pública, como a Defensoría del Pueblo. Apesar dos processos de restituição de terras aos deslocados internos, em processo na Colômbia após a criação da *Ley de Víctimas y Restitución de Tierras*, de 2011, (Martínez Cortés, 2013) esta temática quase não é trabalhada pela *Revista Semana*¹⁷. Deste modo, optamos por apresentar, a seguir, duas matérias similares, que tratam de deslocamentos em determinadas regiões devido às operações militares contra as Farc.

Na primeira, a Defensoría del Pueblo de Cauca é a fonte para compor o relato acerca do enfrentamento entre Força Aérea, Exército e Polícia e as Farc, que levou ao deslocamento de afrodescendentes. Em “Enfrentamientos dejan más de 300 desplazados en Cauca”¹⁸, a linha de apoio traz a afirmação de que “El temor a retaliaciones de las Farc y la poca seguridad alimentaria serían los motivos por los que dejaron sus hogares”; todavia, a matéria aponta para os riscos das operações militares e da presença da guerrilha na região e reafirma a insegurança alimentar entre os motivos do deslocamento. O temor de retaliações por parte das Farc, anteriormente mencionado, fica subentendido pela presença no texto do número de guerrilheiros mortos na operação, 27.

Na segunda matéria, um comunicado emitido pela Organización Indígena de Antioquia constituiu-se como fonte. “Combates entre Ejército y Farc dejan 1.200 desplazados en Urrao”¹⁹ traz como enquadramento principal o deslocamento de membros da etnia indígena *embera eyabida*, que buscam refúgio após confrontos entre o Exército e as Farc. A linha de apoio indica que os deslocamentos se devem aos combates: “Unos 1.200 indígenas del municipio de Urrao, Antioquia,

17 Las caras de la restitución, *Revista Semana*, 1 ago. 2015. Recuperado de <<http://www.semana.com/nacion/articulo/las-caras-de-la-restitucion/436988-3>>.

18 Enfrentamientos dejan más de 300 desplazados en Cauca, *Revista Semana*, 24 maio 2015. Recuperado de <<http://www.semana.com/nacion/articulo/combates-dejan-mas-de-300-desplazados-en-cauca/428959-3>>.

19 Combates entre Ejército y FARC dejan 1.200 desplazados en Urrao, *Revista Semana*, 7 jul. 2015. Recuperado de <<http://www.semana.com/nacion/articulo/ejercito-farc-combates-dejan-1200-desplazados-en-urrao/434038-3>>.

huyeron de sus hogares ante fuertes combates entre el Ejército y las FARC”; ideia reforçada no texto.

5. Considerações finais

Ao analisarmos os elementos do conflito armado colombiano relatados pelo jornalismo do próprio país –aqui representado pela *Revista Semana*–, ao tratar dos deslocamentos internos, identificamos que a agenda temática resulta de uma transferência²⁰ da agenda de organismos internacionais que trabalham com o tema e, por fazê-lo, tematizam, pautam, enquadram. Ao instrumento de levantamento da agenda temática, optamos por uma reflexão a partir das noções teórico-metodológicas de combates discursivos (Foucault, 2006) e de trajeto temático (Guilhaumou, 2009). A análise aponta para a pouca espessura das matérias jornalísticas, apesar da natureza pública do tema e de sua relevância social, bem como do entendimento de que uma agenda informativa se constitui em meio a negociações com distintas agendas sociais; tal ação é redutiva em relação à complexidade dos processos de produção jornalística.

Ao assumirmos que o jornalismo elege marcos de significação para a inscrição de acontecimentos, devemos levar em conta, no caso da *Revista Semana*, que o ponto de vista privilegiado para a mirada sobre a situação dos deslocados e sobre o conflito na Colômbia, é externo ao próprio país. Relatórios e informes de instituições estrangeiras, como ONU, Acnur, IDMC, CNR, ONG Codhes, etc., estão na origem das matérias jornalísticas analisadas, são fontes, a partir da tematização ou construção do acontecimento. “Tematizar um problema signi-fica”, segundo Wolf “colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada, salientar sua centralidade e sua significatividade em relação ao fluxo normal da informação não tematizada(2003, p. 165)”.

Além de se constituírem como fontes, são geralmente ações destas organizações que provocam a pauta e seu ponto de vista é também assumido/assimilado pelo discurso jornalístico, sem retirar do jornalismo o lugar de instância de produção, afetado, todavia, pelo aspecto de negociação entre distintas agendas (McCombs, 2009). Entendemos que este enquadramento que parte do exterior para analisar uma questão local funciona como um exterior discursivo para referendar que, desde um olhar externo, os dados de deslocados na Colômbia são elevados e a situação não é aceitável.

Ao passo que os deslocados são tema das matérias, o conflito nem sempre está presente, não é historicizado pela *Revista Semana*, provavelmente porque se supõe que do conflito –que dura mais de meio século– já se saiba. Não

20 O substantivo transferência não aponta para a uma passagem homogênea de uma agenda a outra, tampouco sugere uma comparação entre a agenda de instituições e organismos estrangeiros e a agenda do meio. O estudo não se volta para a agenda do público.

podemos desconsiderar, contudo, a dinâmica de negação e aclamação acionada pelo jornalismo mencionada por Ruiz Socha (2010). Percebe-se especialmente a negação dos conflitos político-militar e paramilitar, pelo silenciamento, por aquilo que o discurso jornalístico não diz.

O conflito aparece quando é acionado pelas fontes. Em algumas situações, ganha destaque: quando se aborda a situação das crianças, ou quando se fala do *ranking* de deslocados por país. Nestes casos, o discurso jornalístico muda o tom e, mesmo repercutindo o enquadramento dos organismos internacionais, assume posição. Estar em segundo lugar no número de deslocados, atrás apenas da Síria, é descrito como “desonroso título”, o número de deslocados caracterizado como “escandaloso”. A Revista se pronuncia, reforçando os sentidos que ela própria constrói sobre o tema, indicando uma dialética de reprodução e assimilação do ponto de vista das fontes, negação do conflito, até o seu oposto de, ainda que sutil, denúncia do conflito.

Examinar os discursos jornalísticos “é mais que estudar o conflito no qual o Jornalismo se enreda, é também estudar o conflito no qual, antecipadamente, ele se encontra enredado. Por fim, persiste a necessidade da crítica sobre o gesto ordenador do jornalismo que resulta na construção dos conflitos e de suas estruturas” (Zamin, 2012, p. 256).

Referências bibliográficas

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ACNUR (2015). *Tendencias globales: desplazamiento forzado em 2014*. Geneva: Acnur. Recuperado de <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2015/10072.pdf?view=1>
- Appadurai, A. (1997). Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Revista Novos Estudos do CEBRAP*, 49, pp. 33-46.
- Arias Marín, J.G. (2002). Periodismo, región y violencia. *Antiobituario de Orlando Sierra. Signo y Pensamiento*, 21(40), 87-93. Recuperado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/2842/2128>
- Bonilla Vélez, J. (2002). Periodismo, guerra y paz. *Campo intelectual periodístico y agendas de la información en Colombia. Signo y Pensamiento*, 21(40), pp. 53-71.
- Bonilla Vélez, J. (2004). Medios de comunicación, opinión pública y conflicto armado. El consenso por otras vías. *Síntesis. Anuario social, político y económico de Colombia*, 9-30.
- Buitrón, R.D. (2008). Sembrar dudas y afectos. En Checa Montúfar, F. (Ed), *De Angostura a las computadoras de Uribe: prensa escrita y crisis de marzo* (pp. 85-99). Quito: Ediciones Abya-Yala.
- Carvalho, C.A. (2009). Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. *Contemporânea*, 7(2), pp. 2-15.
- Carvalho, C. (2016). Quem determina a agenda jornalística? Seleção e construção

- da notícia na relação entre assessoria de imprensa e jornalismo. Em *Estudos de jornalismo*, 5(2); *Dispositiva* 1(5), pp. 19-38.
- Cogo, D. & Brignol, L.D. (2011). Redes sociais, usos da internet e cidadania das migrações transnacionais. Em Oliveira, C.T.F. & Nunes, M.V. (Ed), *Cidadania e cultura digital: apropriações populares da internet* (pp. 185-216). Rio de Janeiro: E-papers.
- De Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano* (12. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Estudios de Política Exterior. (2003). *Colombia. Política, sociedad y economía*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- Fausto Neto, T. & Santos, W. (2013). O papel do contra agendamento midiático nas mudanças das rotinas produtivas no telejornalismo brasileiro. Em *Revista FSA*, 10(4), pp. 102- 114.
- Foucault, M. (2006). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gonçalves, J. F. (2014). Quem fala no jornalismo. En Leal, B.S, Antunes, E. & Vaz, P.B. *Para entender o jornalismo* (pp. 89-101). Belo Horizonte: Autêntica.
- Guilhaumou, J. (2009) *Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- Herrera G.; Moncayo, M.I. & Escobar, A. (2012). *Perfil Migratorio del Ecuador 2011*. Quito: Organización Internacional para Migraciones. Recuperado de http://publications.iom.int/bookstore/free/Perfil_Migratorio_del_Ecuador2011.pdf
- Ibáñez, A.M. & Velásquez, A. (2008). *El impacto del desplazamiento forzoso en Colombia: condiciones socioeconómicas de la población desplazada, vinculación a los mercados laborales y políticas públicas*. CEPAL, Serie Políticas sociales, 145. Santiago de Chile: ONU, CEPAL. Recuperado de <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/2/35022/sps145-Desplazamiento-Colombia.pdf>
- Observatório de Deslocamento Interno IDMC (2015). *Informe global 2015: desplazados internos por conflict y violencia*. Geneva: Internal Displacement Monitoring Centre; Norwegian Refugee Council. Recuperado de <http://goo.gl/MyjGto>
- Observatório de Deslocamento Interno IDMC (2008). *Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2007*. Geneva: Internal Displacement Monitoring Centre; Norwegian Refugee Council. Recuperado de <http://internal-displacement.org/assets/publications/2008/2008-global-overview-2007-global-en.pdf>
- Jubilut, L.L. & Madureira, A.L. (2014). Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. *REMHU*, 43, 11-33.
- Kerr, E. (2010). Desplazamiento forzado en Colombia: un crimen contra la humanidad. PBI Colombia, *Boletín Especial*, 14. Recuperado de http://www.pbi-colombia.org/fileadmin/user_files/projects/colombia/files/colomPBIa/100107_boletin_PBI_desplazamiento_2010_WEB.pdf
- Martínez Cortés, P. (2013). *Ley de Víctimas y Restitución de Tierras en Colombia en contexto*. Un análisis de las contradicciones entre el modelo agrario y la reparación a las víctimas. Berlin; Amsterdã: Forschungs-und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika; Transnational Institute. Recuperado de <https://www.tni.org/files/download/martinez-ley-de-victimas-web.pdf>

- McCombs, M. (2009). *A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes.
- McCombs, M. & Shaw, D. (1984). ¿Qué agenda cumple la prensa?. En Graber, D. A. (Ed.). *El poder de los medios en la política* (pp. 81-92). Buenos Aires, GEL.
- McCombs, M.; Shaw, D. (2000). A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. En Traquina, N. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.
- Mendoza Piñeros, A.M. (2012). El desplazamiento forzado en Colombia y la intervención del Estado. *Revista de Economía Institucional*, 14(26), pp. 169-202. Recuperado de <http://www.economiainstitutional.com/pdf/no26/amendoza.pdf>
- Montañez Gómez, G. & Delgado Mahecha, O. (1998). Espacio, territorio y región: conceptos básicos para un proyecto nacional. *Cuadernos de Geografía*, 2(1-2), pp. 120-134.
- Müller, D. (1993). Pátria dos viajantes: uma ética das migrações. En Mieth, D., Cahill, L. S.; Okure, T. et al. *Emigrantes e refugiados: um desafio ético*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Negrete, A. (2007). Los medios de comunicación y la relación binacional. Falta acercamiento entre periodistas colombianos y ecuatorianos. En Ramírez & Checa Montúfar (Ed), *Colombia-Ecuador: cercanos y distantes* (pp. 309-312). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar.
- Ramírez, C. & Mendoza, L. (2013). *Perfil Migratorio de Colombia 2012*. Bogotá: Organización Internacional para Migraciones. Recuperado de <https://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/pbn/docs/Perfil-Migratorio-de-Colombia-2012.pdf>
- Rey Beltrán, G. (2007) La guerra ajena: las relaciones entre Colombia y Ecuador en los medios de comunicación colombianos En Ramírez & Checa Montúfar (Ed), *Colombia-Ecuador: cercanos y distantes* (pp. 312-320). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar.
- Rey Rodríguez, G. H. (2001). Conflictos y prensa en Colombia. En Anglarill, E. *Periodistas en peligro* (pp. 75-81). Barcelona: Flor del Viento Ediciones.
- Ruiz Socha, C.A. (2009). Prólogo. En R. Ferrer E. & N. J. Restrepo A. (Ed), *Nos matan y no es noticia. Parapolítica de Estado en Colombia* (pp. 9-27). Oviedo: cambalache.
- Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva.
- Santos, M. (1998). O retorno do território. En M. Santos et al (Ed), *Território: globalização e fragmentação* (4. ed.). São Paulo: Hucitec; Anpur.
- Sisma Mujer (2007). *Violencia sexual, conflicto armado e justicia en Colombia*. Bogotá: Sisma Mujer.
- Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zamin, A. (2012). *Nos jornais, um típico acontecimento atípico. O Caso Angostura em diários latino-americanos de referência* (Tese de doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.